

A ORDEM DE S. BENTO NA PROMOÇÃO DAS TERRAS DE ENTRE DOURO E MINHO NO ANTIGO REGIME

Dos índices e indicadores da produção*
aos seus comportamentos

Por Aurélio de Oliveira
(Fac. Letras do Porto)

A área geográfica donde partimos para uma aproximação à produção agrícola, respeita à zona de maior concentração dos Mosteiros da Ordem de S. Bento em Portugal de cujos fundos documentais nos servimos, como já referimos, com o fim de, através dos vários livros de contas, se tentar uma aproximação à realidade agrícola nacional (ou regional) num dos seus aspectos fundamentais e dos mais determinantes, segundo pensamos — a Produção.

Respeita tal área a uma parte da zona Geo-Natural que o Geógrafo Orlando Ribeiro, caracterizou e definiu com propriedade; a Região do NW ou zona Atlântica Portuguesa.

Não respeita, porém, a todo esse grande, quadro, com características bem peculiares no contexto das outras Regiões Continentais, mas tão só a uma fracção do mesmo, a parte mais setentrional. Delimitamos tão somente a nossa pesquisa e o nosso estudo ao espaço agrícola enquadrado pelo Minho a Norte e a Sul pelo Douro.

Esta delimitação fornece-nos, à partida, as características fundamentais da Região que em pormenor se não referem aqui novamente por serem de todos suficientemente divulgadas e conhecidas, mormente após os estudos de Orlando Ribeiro e Amorim Girão. Convém, no entanto, ter presente essas tão peculiares características no que à orografia, hidrografia geologia e ao clima particularmente concernem,

* Trabalho alargado e concluído no âmbito de Proj. Inv. JNICT. n.º 87.198 Faculdade de Letras do Porto.

porque elas nos fornecerão os condicionamentos naturais e básicos que melhor ajudarão a compreender os dados atinentes à produção (tanto mais de ter em conta, quando nos situamos no tempo e nos espaços cronológicos que referimos: 1630-1820).

Em síntese poderá rapidamente referir-se que se trata de uma zona essencialmente constituída por terrenos antigos, de um modo geral graníticos. Área fundamentalmente repartida em duas plataformas: uma constituindo estreitas planícies litorais, que por sua vez penetram no interior através dos vales dos principais rios e de alguns cursos de água de menor dimensão (que por vezes dão origem a veigas apertadas mas muito férteis). São normalmente vales estreitos, mesmo os dos maiores rios, rapidamente entalados ou estrangulados por elevações de altitudes médias, que ocupam os espaços entre a faixa da planície litoral e as terras mais altas e mais elevadas do interior que por seu turno estabelecem a transição para a zona mais alta e montanhosa continental.

Estas características acentuam-lhe o seu pendor Atlântico pela alta pluviosidade que provocam que muito particulariza a mesma região. Terrenos permeáveis, sedimentares, sucessivamente mais leves à medida que topam com formações orográficas que vão escalando o interior, e que com maior ou menor frequência ponteiavam toda a região do Entre-Douro e Minho.

De um modo geral em toda a zona da cinta costeira as formações graníticas apresentam-se fragmentadas, semeadas por pequenas formações xisto-argilosos e carbonosos, quase todos granitizados. Deve, sobretudo, salientar-se a grande massa que se desenvolve na direcção NW.SE descendo desde a margem Sul do curso terminal do rio Cávado e que se prolonga, descendo até ao Douro, ocupando a zona intermédia e Central entre o Porto e Penafiel.

Existe, por conseguinte, entre a margem Sul do Minho e a Norte do Douro uma grande unidade geográfica, não obstante a presença de pequenos quadros intra-regionais, fundamentalmente modelados pelas bacias dos principais rios e seus afluentes, que drenam, em abundância toda a região. Assim acontece precisamente e principalmente com as bacias do Minho, do Cávado, do Ave, e finalmente do Douro.

Ora é precisamente nestas vertentes, expostas ao Norte ou mais frequentemente a Sul, nas encostas soalheiras, próximas dos rios ou pequenos cursos de água que se levanta a maior parte dos Mosteiros da Ordem de S. Bento, dominando, pelo geral, as melhores terras, mesmo que se trate de simples domínios indirectos. Apenas duas das casas observadas se situam já em terras mais acidentadas e quase já de

transição para o interior: Pombeiro e Arnoia. Ambas, porém, junto de cursos de água como é o caso de Arnoia sobre o Tâmega.

A Abadia de Tibães, casa Mãe da Congregação desde a segunda metade do século XVI, ocupa uma situação privilegiada no conjunto de todas essas Casas: a meia distância entre a costa marítima e as terras altas do interior, assente sobre elevações intermédias, e justamente a alturas em que o Vale do Cávado se fecha praticamente, para percorrer depois estreitos troços entre montes mais elevados. A meia distância também das Linhas do Rio Minho, a Norte, e do Rio Douro, a Sul.

Esta posição privilegiada, deve particularmente ser sublinhada sobretudo por dois motivos fundamentais: é a Casa acerca da qual é possível dispôr do maior volume de documentação. Foi também a única que nos permitiu estabelecer a mais longa série de preços dos géneros, particularmente dos cereais, e em relação aos quais todos os dados das restantes casas analisadas foram referenciados sobretudo para procedermos à «deflação» décimal, que nos propiciou uma aproximação às quantidades de géneros recolhidos¹.

Poderá com facilidade reprovar-se-nos o critério adoptado e, sobretudo, o elegermos os preços de Tibães como índice deflacionador para todo o conjunto das Casas de Entre-Douro e Minho. Há, porém, razões de peso que o justificam. Nenhuma outra Casa — no estado em que se encontra a demais documentação — permite o estabelecimento de tão longas e tão homogêneas séries (ainda que delas se possam colher alguns dados — quase sempre dispersos). Além disso, na historiografia sobre idêntica temática não se conhece, até ao presente, nenhuma série tão longa sobre preços agrícolas, proveniente como esta — dos próprios meios rurais e agrícolas — como é o caso particular de Tibães, praticamente extraídas dos próprios centros de produção, antes da posterior entrada dos mesmos no circuito do mercado, mesmo que regional. Finalmente porque esta Abadia detinha inúmeros domínios (sob administração indirecta) praticamente em toda esta vasta zona central da área aqui considerada, tocando com os seus tentáculos as casas mais afastadas, como Ganfei, ao Norte ou Paço de Sousa, ao Sul. Ora, era através destes preços decretados e tabelados por Tibães que todos esses rendeiros e essas terras deveriam satisfazer os seus encargos. Por conseguinte, usufruindo de uma representatividade geográfica bem

¹ Para o problema dos Dízimos e sua conversão, quando expressos a dinheiro, bem como para toda a problemática decorrente cf. nosso trabalho: *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols. (dact).

alargada e bem presente em toda a área, não poderia isso deixar de constituir elemento de peso a considerar, sobretudo quando dos outros Mosteiros se não podem constituir idênticas séries — o que nos teria, na verdade, conduzindo ao caminho e à solução ideais.

Acerca das áreas efectivamente semeadas, ou sobre as quais era cobrado do dízimo, nada de seguro se pode adiantar, quanto a valores exatos ou até aproximados. É problema de quantificação muito difícil, dada a falta de elementos para se calcularem ao menos aproximadamente, essas áreas. Os nossos arquivos (e falo dos beneditinos que conheço melhor) são neste particular muito menos ricos de informação que os seus congéneres franceses, italianos e até espanhóis. As áreas das Reservas, por exemplo, a quando de Vedorias e Tombos nunca eram objecto de medições. As terras ou áreas semeadas tão pouco, nem ao menos em cálculos grosseiros. Compreende-se como seja difícil chegar a valores ainda que aproximados nos bens sob regime de foro. Não conhecemos também que para outras instituições e para esta época se disponha, para já, deste tipo de dados que aliás seriam preciosos: Um cálculo, por exemplo, de rendimento por hectare poderia então estabelecer-se, bem como do respectivo investimento em semente, (para além doutros dados de interesse como facilmente se calculará).

Pode, porém, adiantar-se que no que respeita às áreas de cereais sob exploração directa, em Tibães, elas se conservaram praticamente constantes. As áreas alteradas — e foram-no bastante — respeitaram essencialmente a outras culturas: vinha em primeiro lugar; depois olivais e pomares e finalmente prados. Pensamos que também as áreas dizimadas nas mãos de cazeiros e foreiros ou de outros não directamente dependentes mas que, como paroquianos, satisfaziam para com os mosteiros os seus dízimos, se devem ter mantido, dentro dos mesmos esquemas de variação. Também aqui, por todo o lado foi impossível determinar com rigor áreas semeadas e não semeadas ou bravias. Tentamos esse cálculo para os bens dentro do Couto, mas os resultados a que se chegou não permitem de modo algum sair das simples hipótese e meras aproximações².

*

As Fontes — A pesquisa e busca de elementos para se proceder a este tipo de análise, particularmente atinente à produção, foi feita à base de

² Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo Social e Ecuménico*. Porto. 1914, p. 139 (ainda p. 129-142).

documentação até hoje não utilizada em Portugal, salvo a que nós próprios já utilizamos em estudos anteriores. Na verdade, conserva-se e guarda-se no antigo Arquivo Distrital de Braga — hoje Arquivo Histórico da Universidade do Minho — um volumoso conjunto documental sobre as várias casas beneditinas quase todas espalhadas nesta Região. As séries de algumas dessas casas encontram-se gravemente truncadas, o que nos corta, para cada uma delas, a possibilidade de se elaborar um estudo sistemático.

O conjunto mais importante e sequente é o que respeita a Antiga Casa-Mãe — A Abadia de Tibães. Utilizámos praticamente todos os dados documentais desta casa. Numa primeira fase para o período de 1630 a 1680; Depois de 1680 a 1813-20³. Mais recentemente desde 1580 a 1634⁴ e em trabalho que temos entre mãos levaremos o levantamento, melhor dito o seu aproveitamento para a divulgação pública de dados de 1813 a 1832, data da extinção da Ordem de S. Bento. Oportunidade que nos propiciará o ensejo de apresentar um estudo sobre o relatório de bens e rendas na altura da extinção.

Por isso, no que respeita a Tibães a documentação é variada, abrangendo os mais diversos Livros de Contas, Actas Capitulares etc. Todavia, o conjunto mais importante respeita à Série dos «Estados», que afinal, acabam quase por ser a única, nas presentes circunstâncias e com esta finalidade, para as demais Casas aqui analisadas.

Estando também presentemente a diligenciar para a publicação integral desta importante fonte documental, basilar o para o estudo económico (e não só!) da Região de Entre-Douro e Minho, mais largamente aí se dissertará sobre a natureza e as características destas fontes — bem como da sua extraordinária relevância⁵. Todavia, diga-se em síntese que se trata de relatório de cada uma das casas, para ser lido e comentado pelos representantes da Ordem quando de três em três anos se reuniam em Capítulo Geral (que por norma se celebrava nos primeiros dias de Maio e quase sempre invariavelmente aqui na Casa-Mãe — A Abadia de Tibães).

³ *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols. (dact).

⁴ *Conjuntura agrícola de Entre Douro e Minho, durante a I metade do século XVII*. (Versão alargada da lição proferida para as Provas públicas de Agregação na Universidade do Minho em 1982).

⁵ Trabalho a que se está a proceder no âmbito do Proj. JNICT. n.º 89.187 — já referido.

Respeitam fundamentalmente esses «Estados» aos aspectos materiais, isto é, à gestão económica de cada uma dessas Casas, e daí que, quase na totalidade, o seu conteúdo se reporte a esses aspectos.

O período trienal é, por consequência, não somente a unidade religiosa e administrativa da Ordem e de cada uma das Casas, mas também a unidade económica por excelência destes importantes Senhores (rurais na sua esmagadora maioria).

Realizando-se estas Assembleias Gerais ou Capítulos Gerais, como ficou referenciado, pelos princípios de Maio, o conteúdo destes Estados, respeita sempre aos anos-colheita imediatamente anteriores àquele em que o documento exhibe a data de feitura ou realização. Assim o «Estado» de 1632, respeitará aos anos-colheita de 1629-1630 e 1631. A redacção final dos mesmos deveria processar-se durante os dois meses imediatamente anteriores, isto é, Março e sobretudo Abril.

Estes «Estados» passaram por algumas fases importantes, sofrendo inevitavelmente as vicissitudes que ora afectaram Ordem ora as várias Casas em particular. Em alguns períodos foram algo intencionais sobretudo no período de maior instabilidade religiosa e moral do Século XVIII. Houve Relatores «estadistas», que falsificaram os números ou os alteraram de conivência com os «Recebedores», retirando daí benefícios pessoais. Não sabemos assim também se um ou outro «generalato» terá lucrado e beneficiado com a imagem de uma boa e sábia administração económica transmitida por estas fontes...

Estes abusos passaram ao conhecimento geral e mereceram admoestações graves nesses mesmos Capítulos Gerais, ou nas «Visitas» que periodicamente inspecionavam cada uma das casas, onde, a par do espiritual se supervisionava também sobre o andamento da administração temporal. Denunciam pela primeira vez tais abusos e tais práticas as Actas Capitulares de 1716 onde se ordena e institui que os «Estados» *sejam verídicos e não fantásticos...* Mas foi, sem dúvida, na segunda metade do século XVIII que esses abusos se tornaram maiores com a instabilidade espiritual e moral que também afectou gravemente esta Ordem. Os períodos das «Sedes Vacantes» eram particularmente graves e propícios a este tipo de abusos (e delapidações) que depois se tratava de ocultar nesses Estados⁶.

⁶ A.D.B. Conv. e Most. C.S.B., TIBÃES, Liv. das Visitas, n.º 494, p. 15v.-16v. Idem n.º 495, p. 22; 49. Idem p. 145. — A.D.B. Conv. e Most. C.S.B. Actas Capitulares, n.º 315-316, actas respeitantes a este período.

Os «Estados» sendo uma fonte deveras notável pela sua estandartização e homogeneidade, nem por isso deixam de apresentar dificuldades por vezes assinaláveis de sistematização. Nem sempre são, de facto, perfeitamente sistematizados. Variam um pouco de casa para casa e sobretudo de relator para relator (de estadista para estadista) que ora desce ao pormenor ora não; Ora refere as contas anuais, ora os dados brutos para o período conjunto dos três anos a que respeitam. Outras vezes não são perfeitamente explícitos quanto à proveniência e à natureza de alguns desses dados globais. Assim acontece particularmente com os dízimos. Ora estes «pequenos» pormenores aumentam por vezes extraordinariamente os problemas de catalogação das várias rubricas e depois, sobretudo e finalmente, os problemas da sua sistematização, e a consequente uniformização dos dados recolhidos. Todavia, as grandes rúbricas mantêm-se e isso dá a esta fonte um carácter de regularidade muito importante.

Referimos que a unidade económica por excelência era o período trienal. Algumas vezes, porém, os «estadistas» fornecem-nos dados e contas anuais. Todavia, jamais acontece de modo sistemático para qualquer das rúbricas, ou para períodos seguidos que torne possível a observação anual das colheitas — aspecto que agora particularmente nos importa. Por conseguinte, as fissuras anuais escampam-se-nos. Tivemos, por isso, de nos socorrer sempre da observação trienal, reduzindo os dados anuais, quando aparecem, às médias ou dados trienais. Este facto tem, aliás, algumas vantagens: em primeiro lugar utiliza-se uma curta média que nos parece ideal neste tipo de observações, ainda que médias mais longas sejam normalmente e com mais frequência utilizadas — como sejam as médias decenais (propostas e adoptadas, por exemplo, para as comunicações do Colóquio Internacional de Paris de 1979)⁷. Em segundo lugar, porque a utilização de médias mais longas — deste último tipo, por exemplo, faria incluir lacunas documentais, que naqueles espaços mais curtos se superam. Cremos, pois, apresentar algumas vantagens estas médias curtas, as quais para além disso têm ainda a conveniência de nos virem já elaboradas, eliminando assim algum trabalho suplementar.

Sucintamente pode dizer-se também que quanto aos dízimos-

⁷ *Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle.* (Communications et travaux rassemblés et présentés par Joseph Goy et Emmanuel Le Roy Ladurie. 2 vols., Paris, 1982.

-objecto primordial do nosso busquejo — a documentação é pelo geral muito avara, mesmo quanto aos arrendamentos.

Eram estes arrendamentos dos dízimos das Casas de S. Bento invariavelmente de duração trienal, ainda que pudessem ser renovados por bastantes períodos trienais na mesma pessoa como frequentemente acontecia.

Dados importantes nos continuam a ocultar estes contratos de arrendamento.

Ignoram-se os montantes dos lucros, as margens dos proveitos deixados nas mãos dos arrendatários, bem como os gastos levados pela sua administração e cobrança, margens essas vitais para uma aproximação aos valores brutos de produção global. Nenhum livro de Razão dos Rendeiros nos chegou até hoje o que sob este ponto de vista nos seria particularmente precioso.

Estabeleciam-se tais contratos de arrendamento nos notários do Couto, ou das povoações próximas das Paróquias a dizimar. É natural que dos primeiros se não tivessem lavrado alguns contratos, isto é, fossem somente verbais. No decurso do tempo em análise isso deve ter sido muito raro pois era norma arrendá-los em hasta pública, mediante melhor oferta e depois fixada nas notas do respectivo tabelião. (Estes contratos são um elemento precioso de análise sociológica dos arrendatários e da sociedade rural no seu conjunto — análise essa que também há-de ser objecto de atenção particular).

De um modo geral a apreciação destes dízimos (para aproximação à produção) nem sempre foi fácil. Na verdade, os «estadistas» (ou também os «Recebedores») introduziram por vezes alterações cujo pormenor, característica, natureza e proveniência se não especifica convenientemente e que, tomadas na sua globalidade, nos dão aumentos ou diminuições grandes e bruscas, naturalmente incomportáveis no quadro da fisionomia decimal.

Há dízimos expressos em géneros, ou só a dinheiro, e outras vezes o conjunto dos dois. Não se sabe outras vezes se o arrendamento, expresso numa ou noutra das modalidades é líquido ou ilíquido, e que encargos suplementares (ou não) são assumidos pelos respectivos rendeiros. Aspectos que numa perspectiva de rigor devem também ser tomados em consideração. Há depois diferenças de Mosteiro para Mosteiro e sobretudo há diferentes géneros de grãos que entram na designação genérica de cereal — sobretudo da *Segunda* (mistura de milho (alvo ou mais) com o centeio e cujas proporções, nestas contabilidades beneditinas, são difíceis, senão impossíveis de destrinçar, porque nunca são referidas.

Quando o são tem carácter esporádico que não permite qualquer ilação sobre respectivas percentagens e sua evolução. Há ainda o problema das «miunças» e pequenos encargos, arrendadas conjuntamente e que — para além da sua fraca representação — não é possível determinar.

Também seria necessário e útil isolar, quantificar e apreciar a evolução e comportamento paralelo destes dados ainda que marginais.

O mesmo se poderá dizer para os trigos e aveias e sobretudo cevadas. Aquelas sem importância, estas com algum valor, e cuja a destrinça de modo sistemático é impossível proceder.

Tivemos, por isso, quando expressos os seus montantes em dinheiro de os reduzir, todos, aos valores de *Segunda*: que era defacto o «cereal» predominante e que servia, na verdade, de base essencial ao estabelecimento do contrato.

Estes (para além doutros) alguns dos obstáculos a impôr cuidado e ponderação — primeiro na utilização dos dados, depois na leitura e apreciação final dos mesmos. Isto não obstante termos usado do maior cuidado e rigor nos cálculos e apreciações efectuadas. Nunhuma operação foi arbitrária, e quando certos dados não ofereciam garantia e segurança indispensáveis pusémo-los necessariamente de parte. Daí que possamos dizer que o estudo dos Dízimos para certas Casas, não pode, na verdade, ser efectuado com segurança, a não ser para períodos muito curtos, que num estudo deste tipo, se teria que limitar a uma resenha meramente descritiva e pontual dos mesmos.

Isto nos leva também a todo o vasto problema que se levanta, ou se tem levantado à utilização dos Dízimos, que nós não iremos aqui repetir⁸. Sendo alguns desses problemas e objecções pertinentes, nem por isso iremos deixar de utilizar estas fontes dados os benefícios e resultados globais já obtidos e comprovados com a sua utilização. Variando a sua riqueza e fidelidade, de caso para caso, de país para país, de região para região: o dízimo tem-se imposto (ainda que de modo não exclusivo e certamente de modo não perfeito) como um dos mais importantes elementos indicadores da produção. Não certamente único nem o melhor, mas de modo algum se poderá abandonar ou menosprezar, sobretudo se não utilizado a esmo ou pontualmente invocado, como tradutor fiel de uma determinada situação — factos que aliás se tem já lamentavelmente verificado em alguns trabalhos.

⁸ Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães, 1630/80-1820...*

Notemos, porém, e finalmente que muitas das reticências, observações e críticas que se fazem à utilização desta fonte se podem igualmente fazer e apontar a outras, de índole essencialmente numérica e respeitantes ao período pré-estatístico (e não sei mesmo se estatístico). Não há, por isso, razões plausíveis para que se não aproveitem as vias abertas, uma vez que nos é necessário, para estes tempos mais recuados e mais avaros de informação, socorremo-nos de todos os elementos disponíveis. Não são eles assim tão abundantes os dados numéricos, ou qualitativos nem tão exclusivos na sua representatividade que não os tenhamos de utilizar a todos, e sempre que possível conjugá-los e apreciá-los em conjunto tendo em conta especificidades próprias e particulares.

Só por esta via e após a confrontação de todos estes elementos se poderá um dia ver a ambicionar uma visão aproximada — se não fiel desse importantíssimo sector da actividade e da realidade nacionais — que é, e foi a agricultura no decurso do Antigo Regime e durante tempos ainda muito posteriores.

*

Observemos agora, caso a caso, a evolução destes elementos directamente respeitantes à produção e que nos virão dar uma primeira imagem sobre o estado da produção agrícola de Entre-Douro (se não mesmo Nacional) neste período de 1630-1820 e à base dos elementos documentais fornecidos pela administração quotidiana dos monges de São Bento de Portugal:

TIBÃES — (e o seu conjunto de Igrejas Anexas). As Igrejas das quais a Abadia recolhia os dízimos (apresentando seus Curas ou Vigários) constituíam, podemos dizer, quatro agrupamentos, três dos quais bastante afastados do Couto: Gundar Vila e Azevedo; S. Cláudio, Serraleis e Vila de Punhe; Estela; Oliveira, Lama e Mire (e S. Martinho — assento do Mosteiro).

As cinco primeiras paróquias passaram à administração e apresentação de Tibães quando, extinto o Convento de S. Cláudio, o Capítulo de 1668 decretou a anexação dos seus bens a Tibães.

Depois de 1669 andaram estas paróquias arrendadas sempre em dois blocos: de um lado Gundar, Vila e Azevedo; do outro S. Cláudio e Serraleis. Por seu turno Oliveira e Lama e Santa Maria de Mire (com S. Martinho depois de 1728) constituíram outros dois grupos até 1792-95. Apartir deste triénio todas estas passam a andar arrendadas em

conjunto. Vila de Punhe, constituia uma unidade autónoma para finalmente a Estela (junto à Póvoa de Varzim) só muito raramente andar arrendada). Normalmente a Abadia reservou para exploração e cobrança directa os importantes terrenos e direitos desta Igreja. Era dali que normalmente lhe adivinham as provisões de trigo, de cevada e aveias.

A referência aos contratos destas igrejas mostra a existência de rendeiros relativamente pequenos impondo a separação em vários grupos, nunca se tendo verificado a arrematação do conjunto das Igrejas num só arrendatário. Importaria dizer, porém, que mesmo assim repartidas algumas delas envolviam somas muito consideráveis...

Tais rendeiros eram preferentemente oriundos das pequenas vilas e cidades próximas, como Braga, Barcelos, Prado, Viana de Castelo, Ponte de Lima e Caminha e também, ainda que mais raramente, dos próprios centros rurais. De um modo geral tratava-se de uma burguesia rural, mas onde com muita frequência se observa a presença activa da nobreza provinciana. Para as demais casas como também para as próprias Igrejas dependentes directamente da Congregação, se observa idêntica tendência e idêntica realidade.

Como referimos, as dizimarias eram dispersas e de modo algum uniformes. Também por isso tivemos que observar e seguir cada um dos conjuntos ao longo de todo o período e só numa segunda fase procedemos à junção de todas. Todavia, mantivemos observação separada para Vila de Punhe, Oliveira-Lama dada uma regularidade quase exemplar. Deve sublinhar-se que para os demais mosteiros se seguiu igual procedimento: observação isolada sobre cada uma das Igrejas ou grupos, verificando-se só depois e se possível — junção das mesmas: isto é, a observação em conjunto.

VILA DE PUNHE — O dizímo desta Anexa a Tibães apresenta-se como exemplar — se assim se poderá dizer, em relação todas as demais da região, que lhe ficam próximas (que poderíamos alargar sem problemas até Ganfei).

Fornece-nos esta dizimaria uma bela e excelente série que se prolonga de 1629 a 1821, (não obstante algumas lacunas que bem desejaríamos ver colmatadas, sobretudo a que se estende entre 1638 e 1647, já que nos esconde o período charneira de 1637 a 1640 — tempo que procedeu a Restauração e que envolveu o período mais activo das agitações sociais coincidentes com os últimos anos da administração filipina).

A contemplação desta série mostra-nos uma dizimaria que nos dá uma rentabilidade muito constante e sem graves sobressaltos. Mostra-nos ainda no seu andamento uma produção que vai em melhoria constante, ainda que lenta até 1637. Dada a lacuna documental, ignoramos infelizmente a sua modelação no período subsequente e até 1647. Quando se reinicia, porém, referencia-nos um nível de produção que se mantém até 1656-58. A partir daí, verificar-se-á, ao invés, um recuo até cerca de 1670, que vem recolocar os volumes sensivelmente nos mesmos níveis do começo: de 1629-31. Desde aquela data, porém, que é possível estabelecer um novo movimento médio que levará aos melhores índices do século XVII (desconhecem-se para já os níveis anteriores a 1630): atingindo os cumes máximos entre 1680 e 1683.

Creio que se deverá estabelecer a partir de então um novo movimento, este já de características mais longas, até aos fins do Século e que na verdade se apresenta, pela sua persistência como de recessão e abatimento. Movimento esse nas restantes paróquias ainda mais acentuado e violento como se verificará. Constata-se uma pequena paragem entre 1692-94, mas é na sequência e na continuação de um movimento longo de recessão que se aproximará o século XVIII. Não parará, aliás por aqui, entrará com a mesma feição nos primeiros anos deste século, verificando-se até, por então, os níveis mais baixos de toda a série (excepção feita para os que encontraremos nos fins desse século e principais do século XIX!) O período mais grave traduzido pelo comportamento desta dizimaria, entre 1707 e 1713. Situamo-nos aqui no ponto mais fundo deste longo movimento. A partir de então — e pode dizer-se que rapidamente — entra-se ou vai estar-se em presença de um movimento inverso. Vencida essa grave crise salta-se rapidamente para um excelente planalto de boas produções que irá praticamente caracterizar todo o século XVIII; excepção feita na sua parte final coincidindo praticamente com todo o último quarto desse século.

Na verdade, logo no triénio de 1714-18 se observarão as melhores médias triénias — apenas ultrapassadas entre 1728-33 e de novo entre 49-51. Todavia não se ultrapassam os melhores dos níveis verificados no século precedente! Neste belo conjunto do século XVIII, devem destacar-se fissuras, algumas de certa gravidade como a de 1719-1721 a indicar momento de dificuldades ainda que rapidamente ultrapassadas, e neste caso largamente recompensados. Após meados do século outra feição se vai instalar neste movimento. Após uma pequena baixa,

antecipando outra mais grave — a de 1767-69 (aliás bem sublinhada em quase todos os outros conjuntos e paróquias) — mas da qual se recupera nos anos subsequentes — entra-se numa nova fase quanto a níveis gerais de produção cerealífera. Permanecer-se-á em níveis intermédios de produção para acabar numa linha de depressão notória sobretudo após 1789-91. E é sob esta feição de baixa que se entra no século XIX cujo primeiro decénio decorrerá sob idêntica feição. Assistir-se-á então aos piores níveis de toda esta longa série, particularmente acentuados sob os triénios de 1801-1803 e 1807-1813, com particular incidência entre 1810-12. Poderíamos, observando então esta modelação referir para aqui o ponto culminante desta crise de produção. A partir de 1813 entra-se já num novo movimento de recuperação.

OLIVEIRA E LAMA — As dizimarias destas Igrejas (observadas em conjunto) apresentam uma modelação e um comportamento mais irregular. Anotam-se semelhanças muito mais acentuadas com o conjunto de Tibães.

A sua fisionomia inicial mostra um lento e pequeno crescimento até cerca de 1638. Faltam-nos também os dados para o período subsequente, mas quando eles reaparecem, a partir do triénio de 1647-1649, mostram uma fisionomia semelhante: isto é, uma tendência de crescimento. Segue-se um declínio com os níveis mais baixos no triénio de 1665-67 a que se segue uma lenta recomposição, que irá levar aos melhores níveis de toda a série entre 1683 e 1686, ultrapassando então todos os volumes anteriores. De salientar, em relação às curvas das dizimarias precedentes, o prolongamento deste bom tecto por muito mais tempo. A partir de então entra-se numa nova fase de descida lenta, sem grandes sobressaltos, mas em declive contínuo, atingindo os níveis mais baixos durante os primeiros anos do século XVIII com quedas graves entre 1710-12-15. A média subsequente, ainda que melhorada, é ainda modesta. Os três anos posteriores sublinham uma passagem rápida e brusca para o planalto do século XVIII que se mantém com boas médias durante toda a primeira metade, até cerca de 1751, e depois de se ter iniciado pelos índices mais elevados registadas logo no início desta fase, mais precisamente com o triénio de 1719-21. Esta primeira metade de século apresenta-se, assim, como um bloco bastante sólido sem prejuízo porém, de no seu percurso apresentar algumas quebras a mais acentuada das quais coincidente com os anos de 1747-52, (o que na dizimaria anterior não encontra correspondente). Apresentará na sua ponta final uma quebra (1752-54), anunciando já uma crise mais grave a de 1764-72.

Em boa verdade, esta crise introduz uma nova fisionomia nestas curvas de produção, de contínua e notória recessão não obstante algumas pequenas paragens a mais notória das quais entre 1773-79 e ainda 1795-1800. Os momentos mais difíceis para estas dizimarias coincidirão com os primeiros vinte anos do século XIX apresentando o colapso entre 1810-1812, ao qual se segue uma lenta recuperação.

É assim possível, anotar uma similitude de comportamento destas duas Igrejas, considerados embora os inevitáveis desajustes. Todavia, este facto, tal como a coincidência cronológica permitiu-nos sem graves prejuízos agrupá-las todas no mesmo conjunto, e tomando como base de comparação o período de 1740-50, ao qual atribuímos o índice 100, (o que aliás se praticou para todos os mais conjuntos e para as restantes casas da Ordem de S. Bento observá-las na sua globalidade).

GUNDAR, VILA e AZEVEDO — (após a extinção do convento de S. Cláudio e anexação dos seus bens à Casa de Tibães).

Verifica-se neste conjunto das três igrejas um comportamento muito análogo ao de Vila de Punhe. Curvas, pelo geral sem grandes sobressaltos. Apresenta os seus melhores níveis, para o século XVII, entre 1680-82. A partir daí, verificar-se-á uma lenta e longa recessão que se prolongará até 1712, que nos surge nesta dizimaria sem quebras bruscas, o que neste particular a deferencia bastante de todas as mais. Segue-se uma recuperação durante o seisténio seguinte, para não tornar aos níveis anteriormente verificados, até cerca de 1728. Estes níveis introduzem então o bloco mais sólido, cobrindo desta feita os cinquenta anos da parte central do Século entre 1728 e 1771. Posteriormente, e em linhas gerais, o movimento inclinar-se-á para uma longa recessão, também sem graves afundamentos de percurso. O ponto mais baixo deste longo movimento cairá já dentro dos primeiros anos do século XIX: entre 1810-1812. Era praticamente impossível descer mais baixo e a partir daquela data observar-se-á uma inflexão, de recuperação dos níveis pendidos.

Após consideração individual destes três exemplos paradigmáticos, destaquemos, agora, de conjunto as dizimarias que observamos as pertencentes à Casa de Tibães — propriamente dita:

Os anos de 1680-82, confirmam pelo geral os melhores resultados para a produção cerealífera do século XVII (Sublinhe-se, que se desconhece, por enquanto, os comportamentos anteriores a 1630!). Após aquela data e novamente numa perspectiva de longa duração assistir-se-á a uma longa recessão, com quebras ora mais ora menos

acentuadas. Nos casos mais graves as inflexões e os níveis mais baixos apontam ainda dentro do século XVII para a década de noventa. O século XVIII, aproxima-se dentro desta fisionomia de declínio pelo menos até 1712. É dentro desta primeira década que se atingem, pelo geral, os anos e períodos mais críticos desta longa recessão.

Entre 1712 e 1715, operar-se-á uma inversão e os resultados apurados mostram indubitavelmente a entrada num novo ciclo produtivo, que novamente e numa perspectiva de longa duração se irá praticamente instalar em toda a primeira metade do século XVIII e salvo alguns acidentes de percurso, que por aqui e por ali surgem. De notar neste conjunto a inflexão de 1737-39. É durante este período que de um modo geral se registarão os melhores níveis de toda esta longa série, aqui neste conjunto particularmente coincidentes com o triénio de 1716-18. O bloco mais homogénio e mais sólido situa-se entre 1740-41 e 1766, (e não obstante um curto período de dificuldades a apontar para 1749-51). Após aquela data desenha-se novo andamento aqui perfeitamente delimitado e introduzido pela crise que se situa entre 1767-69, a mais grave de todo este século XVIII. Recupera-se, é certo, mas um movimento de recessão se instala com ela e assim prosseguirá até 1813, após se registar colapso no triénio posterior a 1806. Depois de 1813 todos os indícios são de recuperação.

ESTELA (Couto da). Esta Igreja dependia directamente da Abadia de Tibães. Todavia, deixámo-la de lado no conjunto das dizimarias observadas. Esta Igreja rarissimamente andou arrendada. De um modo geral, feitorizavam-se os terrenos próprios de domínio directo e colhia-se a dizimaria, directamente da Casa de Tibães. Era o Padre Feitor da Estela que de um modo geral se desempenhava dessas tarefas.

Observamo-la, por isso, em separado e tendo em consideração, desta feita, os ingressos directos de cereais dali provenientes. De um modo geral poder-se-á verificar um comportamento se não paralelo, ao menos muito semelhante, com o bloco geral do conjunto de Tibães, mostrando idênticas crises, aliás, bem sublinhadas sobre estes montantes de recolha directa. Notar-se-á porém — elemento que muito caracteriza esta Igreja — uma modelação bastante suave das curvas e uma mais demorada persistência nas melhores médias do século XVIII, atenuando-se mais a recessão do último quarto do século e primeiros anos do Século XIX (excepção feita para a crise de 1810-1812).

Deverá sublinhar-se que o tipo de cereal aqui recolhido poderá

justificar, em parte, semelhante * modelação: são áreas de cultura essencialmente votadas aos trigos, aveias e cevadas. É possível que a ausência dos arredamentos em numerário para isso tenha também contribuído. Finalmente, deve dizer-se que para os fins do século XVIII, a Abadia promoveu aqui amplos trabalhos de reconversão e de promoção das terras, de que resultou um notório alargamento das áreas de cultivo, que inevitavelmente se reflectiram nestas curvas e de certo modo as adulteraram pois desse alargamento resultaram volumes globais que cobriram indubitavelmente as perdas efectivas de rendimento unitário.

GANFEI — Eis um dos Mosteiros em que a análise da produção através das dizimarias, se revelou de grandes dificuldades. Falta de homogeneidade dos dados que nos chegaram: dízimas entradas em géneros, e estes por vezes fornecidos um conjunto, por vezes em separado: trigo, centeio e milho, e cuja sistematização se tornou difícil. Surgem ainda alguns arrendamentos a dinheiro. Ajunte-se também a existência de lacunas documentais. A sua leitura final imporá, por isso, cuidados especiais, não devendo ser feita isoladamente, mas sempre por referências às séries que lhe ficam mais próximas.

Tendo em conta estes precalços, a sua observação nem por isso deixa só de ser útil. Verificar-se-á, assim, uma modelação bastante suave, sem quebras e saltos violentos, salvo em dois ou três momentos.

Até 1634 os níveis de produção apresentaram-se modestos nas terras dependentes de Ganfei. Os anos de 1638-40, apresentam-se aqui com uma boa média a sugerir-nos que após 1637/38 a produção se modula no sentido de uma recuperação (ou até de uma possível subida). Depois apresenta uma quebra. Os primeiros anos de hostilidades com a vizinha Espanha, repercutiram-se gravemente sobre as dizimarias de Ganfei, ainda que razões mais directamente ligadas à produção possam também ter agido nesse sentido. Depois de 1647 há uma recuperação das dificuldades anteriores e depois a estabilização em níveis que se poderão considerar razoáveis, atentos os volumes anteriores. Entre 1665 e 1671, há estabilidade, mas a níveis notoriamente mais baixos que os anteriores. Recorde-se que estamos em período de novas hostilidades com a Espanha. Após uma lacuna documental que nos esconde o andamento entretanto verificado, surge-nos o triénio de 1680-83 que nos fornece — novamente — o cume mais elevado para todo o século XVII.

Toda a segunda metade deste século se torna impossível de observar nestas dizimarias por uma alargada falha documental. Os dados subsequentes e mais próximos reportam-se ao triénio de 1716 —

isto é, aos anos — colheita de 1713-14-15. Médias que pelo seu volume e sobretudo pela sua referenciação às restantes dizimarias nos sugerem um ponto intercalar de recuperação. Os anos mais graves da série ficaram possivelmente ocultados na falha documental. Daí até 1730 é uma segura recuperação, cortada abruptamente na sua ponta final por uma grave e muito acentuada quebra entre 1728-30. Após este grave acidente de percurso manter-se-ão médias que se poderão considerar boas até à nova inflexão de 1767-70, mas desta feita, mostrando quebra muito menos grave que a anterior. Um triénio excepcional entre 1780-82 e depois é a recessão que se instala durante todo o último quarto, para atingir os níveis de colapso nos inícios do século XIX entre 1801-1803, mantendo ainda níveis muito baixos até 1812. Os níveis posteriores são efectivamente de recuperação.

MIRANDA — O pequeno Mosteiro de Santa Maria de Miranda cobrava o dízimo na Igreja do assento do Mosteiro. Eis um caso de tratamento e sistematização, muito difícil. Se nos fosse permitido, porém, à base dos elementos (discutíveis) que se reuniram e analisaram, poderíamos referenciar um possível andamento das curvas que reportariam esta dizimaria para os verificados ou sugeridos por Ganfei e Vila de Punhe. Dois momentos difíceis nos apontam os dados deixados: 1747-49 e 1766-70, para o século XVIII.

PALME — Este Mosteiro de S. Bento, entre o Neiva e o Cávado (mais sobre o Neiva e praticamente na parte terminal destes rios) levantava os dízimos nas paróquias de S. Salvador de Palme (assento do Mosteiro) Santa Marinha, Santiago, S. André e São Bartolomeu do Mar. Estas Igrejas andavam arrendadas num só conjunto até 1650. Depois ficaram só as dizimarias de S. Bartolomeu do Mar, que pela sua regularidade foram as únicas que observamos deste Mosteiro.

Os anos que precedem 1637 parecem ter sido difíceis. E as médias, baixas até 1671, apresentam uma inflexão de gravidade sobre o triénio de 1659-61. O triénio de 1680-82 — e não obstante a lacuna documental que se regista desde 1670 — apresenta-se aqui também como o melhor de todo o século XVII. Segue-se outra longa falha documental até 1722. Este triénio que cobre os anos agrícolas de 1719-20-21, apresenta-se com baixos níveis a denunciar dificuldades notórias. Entra-se depois numa fase de recuperação que levará aos melhores níveis do século XVIII coincidente com os anos de 1734-36. Entre 1737-40 uma nova crise da qual se recupero sucessivamente até 1751. A Década de cinquenta nesta

dizimaria, apresenta-se com uma modelação de ligeiras quebras até 1764, altura em que se aceleram e tornam mais notórias para cair na crise mais grave de todo o século XVIII entre 1767-1770 (faltam-nos para aqui os dados para o princípio do século). Recupera-se daí para um interessante planalto, apenas cortado por uma inflexão mais grave entre 1789-91. Curiosamente os níveis de produção traduzidos por esta dizimaria vão crescendo depois disso, ainda que moderadamente. Apresentarão, não obstante uma quebra grave entre 1810-12 — que modera então esse lento crescimento — uma fisionomia de crescimento sustentado. Esta Paróquia, mostra, assim, analogias muito pronunciadas com a Estela. O mesmo tipo de cereais, e possíveis contágios, com o alargamento de áreas de cultivo, poderão aqui também justificar semelhante modelação. (São, na verdade, áreas contíguas).

SANTO TIRSO — Este importante Mosteiro de S. Bento, centrado sobre uma das zonas de melhores terras de Entre-Douro e Minho, cobrava os dízimos em paróquias um pouco afastadas, quase todas nas cercanias de Guimarães (para além, naturalmente da própria Igreja do Assento do Mosteiro): Santa Cristina, Vila Nova das Infantas e S. Vicente de Alpoim. Pertenciam-lhe ainda os dízimos de S. João da Foz, junto à foz do Douro. (Como esta incluía essencialmente direitos do pescado deixa-mo-la naturalmente de lado na nossa análise)

Anteriormente a 1644, só possuímos os dados para o triénio de 1638, o que não permite qualquer termo de comparação, salvo que ao surgirem (triénio de 1647) se situam a níveis muito elevados em relação aos registados para o de 1638. E é nesses níveis que se mantém até 1664, com triénios de muito boas médias entre 1647-49 e 1656-58. Tomando como termo de comparação os volumes registados neste último triénio deve anotar-se uma quebra bem marcada e sucessiva até 1670. Não sabemos o que se passa durante esse decénio por falta de informação documental. Possuímos depois os dados para 80-82, que nos surgem melhorados, mas, em todo o século XVII, pela primeira vez inferiores aos registados para o triénio de 1650 e 1659.

Todo o último quarto final nos escapa. Os dados recomeçam só para 1710-12, altura em que nos mostram níveis muito baixos, a indicar possivelmente (e por analogia com outras dizimarias) que desde aquela data (1680-82) se deve ter vindo em quebras sucessivas. O triénio de 1710-12, representaria o ponto mais crítico desta longa recessão. Assinalaria, mesmo esse triénio um dos mais baixos de toda a escala. Sai-se bruscamente desse fosso para se atingirem logo os níveis mais elevados

de todo o Século XVIII entre 1716 e 1718, a que se segue, porém, uma nova e profunda quebra marcada pelas médias de 1722. Recupera-se deste então decididamente até 1733. Entre 1737 e 1740 situa-se uma nova crise, da qual se recupera para se entrar num grande bloco de estabilidade, que se manterá com bons níveis praticamente até à década de noventa e que constitui o melhor bloco do século XVIII, tomado na sua globalidade. Surgem-nos porém no seu interior duas crises bem marcadas e uma bem grave: a primeira coincide com o triénio de 1752-54, que aliás inaugura uma década mais instável; a segunda a crise de 1767-70 anunciada visivelmente desde 1764. Após 1789 entra-se numa fase de contracção, sustida embora, por médias melhoradas em alguns dos primeiros anos do Século XVIII, mas, cuja fisionomia, inscrita num movimento longo não lhe corta a cariz de recessão levada aliás ao ponto extremo e mais crítico entre 1810 e 1812. Opera-se, depois, uma recuperação franca e rápida nos anos seguintes atingindo médias elevadas entre 1819 e 1821.

PAÇO DE SOUSA — A casa de Paço de Sousa, um dos grandes Mosteiros de São Bento, comia os dízimos das Igrejas do assento do Mosteiro e ainda das de Erivo, Canas, Figueira, Pedorido e Ocela.

O tratamento destas dizimarias levantou alguns problemas. Há lacunas grandes, em parte também coincidentes com as que já observamos, sobretudo na parte inicial das séries.

Os dados que nos restam para esta parte inicial, mostram níveis sucessivamente melhorados até 1637. Faltam-nos depois elementos para os anos que imediatamente se seguem até 1644. Este triénio (1647) aparece-nos, aliás, ainda com níveis inferiores ao de 1638, a denotar ainda o ciclo de dificuldades que normalmente se segue a 1640. O triénio de 1647-49 regista um nível de produção excepcional e tomando como ponte de referência os níveis aí alcançados verificar-se-á daí até 1670 uma quebra continuada de produção, a anotar instabilidade e dificuldades, salvo para o período de 1656-58.

A partir de então não possuímos mais dados para o século XVII e não sabemos assim se aqui os melhores níveis estarão no triénio de 83, como vai sendo habitual. Os restantes dados reportam-se já do Século XVIII. O triénio de 1713, fornece-nos dos níveis mais baixos para este século, sublinhando uma fisionomia que nos vem sendo habitual a indicar também possivelmente o ponto mais baixo da recessão que se terá estendido por todo o último trinténio do século XVII e primeiros anos de XVIII. Também aqui o triénio de 1716-1718 apresenta níveis

excepcionalmente elevados a indicar uma saída rápida da crise. Os anos subsequentes (de 1719-21) cortam bruscamente os níveis alcançados a denotar a presença de uma crise. Os anos posteriores são de recuperação e crescimento que se mantêm em níveis elevados até meados do século com uma quebra coincidente com o triénio de 1740 (anos colheita 1737-39). Uma crise acentuada (entre 1752 e 54) marca este bloco central introduzindo já uma nova facies que daí, e ainda que recuperada, introduzirá um longo movimento recessivo por toda a segunda metade do século. A crise muito grave de 1770, mais acentua este movimento que se prolongará na sua modelação geral até atingir o ponto mais baixo, um autêntico colapso, entre 1810 e 1812. Todavia, os triénios de 1804 e 1807, (sobretudo este último registam medidas relativamente elevadas, como a querer sustentar este longo e acentuado movimento de recessão. A partir de 1812 há médias sucessivamente melhoradas registando os melhores volumes o triénio de 1822.

Como se verifica, analogias notórias com o conjunto precedente, particularmente nos níveis mais elevados registados para o século XVIII: os melhores índices estão nos dois casos no triénio de 1719, coincidente com os anos colheita 1716, 1717 e 1718. Nos outros casos, só são atingidos tais níveis, em anos posteriores.

ARNOIA — O Mosteiro de Arnoia levanta-se já sobre terrenos mais elevados, numa zona que poderíamos dizer intermédia a caminho do interior. Dominava as terras baixas e férteis da margem direita do Tâmega. Cobrava dizimos em Igrejas que se situavam de uma e outra banda deste rio: além de Arnoia, Vale, Codeçoso, Lourido, Souto Maior, Pombal, Paradança e Rebordelo.

A observação destas dizimarias mostra notórias analogias com os outros dois casos precedentes e sobretudo com as do próximo Mosteiro de Pombeiro.

O triénio de 1632, registo médias elevadas e praticamente não ultrapassadas para o Século XVII (faltam-nos infelizmente os dados para o triénio de 1683 que nos tem fornecido quase sistematicamente, os índices mais elevados para o século XVII).

Esses níveis caíram nos anos seguintes a denotar dificuldades. Mas desde os anos de 1632, em que se registam os níveis mais baixos, que se vem em recuperação constante até 1644. Assiste-se a quebras posteriores, particularmente entre 1647 e 1652, desde o que se vem em lenta recuperação até 1661. Níveis fraquíssimos para os anos de 1668 a 1674. Faltam-nos novamente os dados para 1680, e daí até 1710. O triénio de

1713 regista aqui também níveis baixíssimos, a denotar uma constante já por nós verificada praticamente em todo o lado. Segue-se uma recuperação rápida e espectacular logo para o triénio seguinte de 1716. Novamente as quebras coincidentes para os anos de 1719-21 e depois a nova recuperação e as subidas para todo o conjunto do planalto central do século XVIII que aqui poderemos também prolongar até 1791, se nele incluirmos crises que sem dúvida se manifestam e lhe cortam esse comportamento de total homogenidade. São elas as dos triénios de 1737-39; 1752-54; e sobretudo, e mais uma vez, a mais grave de todas: a de 1767-69 anunciada já pela quebra do triénio anterior. Todavia recupera-se e poderemos dizer que para níveis médios mais altos que vão cobrir toda a década de oitenta. Todavia, e não obstante a recuperação em níveis altos, desde o triénio de 1773 que se vem em quebras sucessivas até 1807-1813, apresentando, em termos de longa duração uma idêntica fisionomia (o último trinténio do século) que é de recessão, com os pontos mais baixos da curva também dentro dos primeiros doze anos do século XVIII. Triénios acima referidos). Os níveis de 1804-1806, são porém, excepcionais, dentro deste conjunto de recessão. Após 1813 é a recuperação registando níveis altos em 1819-1820 e 1821.

POMBEIRO — Santa Maria do Pombeiro era o Mosteiro mais importante quanto ao volume dos dízimos recolhidos. Situa-se praticamente na mesma zona geográfica que Arnoia já a meio caminho do interior. Eram-lhe tributários pelos seus dízimos as Igrejas de Santa Maria de Pombeiro, Rego, Teivães, Cepães, Friande, Ardegão, Joane, Margaride, Armil e Jugueiros.

Os dízimos deste conjunto apresentam-se com uma grande regularidade documental, dando por isso origem a uma das séries com maior continuidade. Não põem, também problemas de sistematização, pela grande homogenidade que apresentam. Todavia, deve adiantar-se duas observações:

A partir de 1710, os volumes apresentam-se muito elevados, não mais se voltando aos níveis anteriores. Sem esquecer que a partir mormente de 1713-1715 se entra geralmente num novo conjunto de valores que muito caracteriza o primeiro p século XVIII, é possível também que neste caso particular se tenham alargado as áreas de culturas, com o aumento das superfícies dizimadas.

A partir do triénio de 1722 aparece a dizimaria de uma nova Igreja: Jugueiros que consideramos sempre em separado até 1794, fazendo

naquele período anterior uma observação conjunta das duas séries que se constituíram: com as restantes Igrejas e com Jogueiros. A partir de 1795 é a totalidade dos dois conjuntos que passou a ser tido em consideração.

De 1626 a 1631 os níveis de produção descem nestas dizimarias, mas, o triénio de 1638 fornece-nos, porém, níveis elevados e muito bons para o século XVII. Faltam-nos os dados para o período subsequente até 1747. Quando reaparecem, daqui até 1655, estamos perante níveis inferiores a 1638 e em quebra sucessiva. Os primeiros anos do decénio de sessenta, incluindo os que vem de 1656 apresentam-se com boas médias. Todavia e tomando como ponto de referência aquele triénio vem-se em perda sucessiva praticamente até à década setenta.

Faltam-nos depois os dados para todo o período subsequente até 1713. Os dados referentes a este triénio são novamente dos mais baixos verificados para toda a modelação anterior. Logo nos anos seguintes se recupera apresentando o triénio imediato níveis muito elevados para se estar provavelmente sobre outra crise nos anos subseqüentes. Só a partir de 1722 que se entra no conjunto das boas médias do século XVIII que se manterá durante toda a primeira metade do século sem prejuízo de quedas a denunciar crises pontuais que também aqui se manifestam e devem ser apontadas: 1737-39 e 1743 a 1754, cobrindo uma década de níveis mais baixos. Esta série desde o cume recuperado de 1758 que se mostra em recessão contínua até cair no fosso grave de 1767,69 — do qual se não sai senão em 72. Recupera-se dessa grave crise e, no seu conjunto, ainda que mostrando nova modelação de perdas sucessivas mantém-se uma média razoável de produção até cerca de 1788, para se anunciar outra quebra sobre o triénio subsequente: 1789-91. A partir de então pode aqui assistir-se a níveis sucessivamente melhorados até 1821 com uma crise muito grave manifestada pelas médias de 1813 e uma outra mas muito menor entre 1801 e 1803. Modelação que muito aproxima este conjunto do de Arnoia e que, por seu turno, os diferencia bastante de todos os mais aqui observados a mostrar diferenças de comportamento regional por vezes bem curioso.

Eis através de uma análise rápida e sucinta dos livros de contas de algumas das Casas rurais da Ordem de São Bento, um primeiro modelo de movimento da produção agrícola para a maior parte da Região do N. W. Português, como se poderá inferir da representatividade geográfica dos mosteiros que para o efeito se escolheram.

Não obstante as dificuldades surgidas, algumas das quais apon-

tamos, e até algumas das reticências que se poderão apor à utilização desta fonte, cremos que as curvas desenhadas sugerem e traduzem no seu conjunto o movimento da produção para esta zona do território. A comparação que para a Abadia de Tibães se pôde estabelecer com outros dados, mormente, as produções directas, e o índice de rendimento por semente, confirmam, ou pelo menos ajudam a solidificar, os comportamentos traduzidos pela observação decimal. Outros elementos de comparação específica há, para o caso de Tibães, como os níveis de indvidamento dos caseiros, os níveis e volumes dos ingressos gerais das casas e ainda a série de preços que para nós, não deixam de reflectir e traduzir essencialmente o estado da produção, sem menosprezar e relegar todos os mais elementos que entram na formação geral dos preços em si. A coincidência por exemplo, com as crises, traduzidas pelas curvas décimais, é por demais evidente e flagrante para se poder recusar aquela correlação.

Terão as curvas para aqui traçadas representatividade geográfica mais alargada? Não é resposta sobre a qual nos demoremos por agora. Todavia poderia adiantar que sim na minha opinião, apoiada como não podia deixar de ser, numa série de dados de natureza conjuntural mais ampla e alargada apontando, através de outros dados qualitativos, para uma realidade mais alargada e, afinal de contas, reflectida nas curvas de produção particularizadas e concretas desta região específica.

Para cada uma das Casas de S. Bento o conjunto das dízimas aqui analisadas representava a rubrica mais importante no cômputo geral dos ingressos, a sublinhar a importância desta fonte de rendimentos para a vida e sustento destas comunidades.

Para a casa de Tibães, por exemplo por 1680-82 representaram cerca de 50%. Em 1695 uns 39% mantendo-se no nível dos 43% até 1710. Durante a maior parte do século XVIII rondou os 47% e na sua parte final subirá para os 60% até 1820, enquanto a parte das rendas a dinheiro imposto nos foros se reduzia em termos nominais e reais até ao fim das mesmas séries.

Este panorama é praticamente igual — para todos os bens ao Clero. Para o Secular e mesmo Regular outros casos há (e são até os mais frequentes) em que a dependência relativamente aos dízimos se acentuava, chegando-se à dependência quase total. Este facto sublinha, em primeiro lugar a importância de que se reveste o estudo e o aproveitamento desta fonte, para o conhecimento da instituição eclesiástica, nos seus fundamentos económicos. Depois, e principalmente, na perspectiva com que aqui a aproveitamos, para a análise e conhecimento da

produção agrícolas durante o Antigo Regime, até à extinção desta prestação decretada, como se sabe, em 1832 por Mouzinho da Silveira.

Da posse destes dados, e dada a importância básica e fulcral do sector agrícola, na economia e na Sociedade do Antigo Regime, poderia partir-se para o reequacionamento de algumas questões, de ordem mais geral, ao observar-se estranhos comportamentos e a interpretação que dos mesmos se tem feito, de um modo geral esquecendo-se ou ignorando-se a direcção e comportamento dos movimentos profundos que perpassam na economia e sociedade portuguesas desses períodos. Eis o caso do extenso reinado de D. João V; do Consulado de Pombal e do Reino de D. Maria com toda a propalada «recuperação» e «prosperidade» a que a sua política terá dado origem, como ainda o verdadeiro papel e consequências das Invasões Francesas no contexto dos movimentos médios e longos (e não meramente pontuais) que vinham afectando a economia portuguesa. E isto para nos reportarmos apenas ao século XVIII, porque para o século XVII, pertinentes reequacionamentos se podem visionar também a partir dos dados (ou seguros ou polémicos) que ora se aduzem e que não podem deixar-se à margem na explicação e enquadramento global dos fenómenos desse período.

BIBLIOGRAFIA

- AURÉLIO DE OLIVEIRA — *A Abadia de Tibães e o seu domínio, 1630-1680. Estudo Social e Económico*. Porto, 1974.
- *A Abadia de Tibães 1630/1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto, 1979, 2 vols. (dact.).